

RENATO BRASILEIRO DE LIMA

# Manual de **JURISPRUDÊNCIA CRIMINAL**

Súmulas, Controle Concentrado de  
Constitucionalidade, Repercussão Geral  
e Recursos Repetitivos

2021



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia  
 Tel: (71) 3045.9051  
 • Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPodivm

**Capa:** Marcelo S. Brandão ([santibrando@gmail.com](mailto:santibrando@gmail.com))

L732m Lima, Renato Brasileiro de.  
 Manual de Jurisprudência Criminal: Súmulas, Controle Concentrado de  
 Constitucionalidade, Repercussão Geral e Recursos Repetitivos / Renato Brasileiro de  
 Lima – São Paulo: Editora JusPodivm, 2021.  
 480 p.

Bibliografia  
 ISBN: 978-65-5680-706-5

1. Direito Sumular. 2. Direito Jurisprudencial. 3. Métodos de estudo. I. Lima, Renato  
 Brasileiro de. II. Título.

CDD 340.63  
 CDU 24

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

## TÍTULO I DIREITO PENAL

### CAPÍTULO I PARTE GERAL

<b>1. Princípios.....</b>	<b>21</b>
1.1. Princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.....	21
1.1.1. (Im) possibilidade de aplicação da <i>lex gravior</i> ao crime continuado e ao crime permanente .....	21
1.2. Princípio da insignificância. ....	22
1.2.1. (Im) possibilidade de aplicação do princípio da insignificância aos crimes contra a administração pública .....	22
1.2.2. Bem jurídico tutelado pelo art. 183 da Lei n. 9.472/97 e (im) possibilidade de aplicação do princípio da insignificância ao crime de transmissão clandestina de sinal de internet via radiofrequência....	23
1.3. Princípio da adequação social .....	25
1.3.1. Violação de direito autoral e princípio da adequação social.....	25
<b>2. Crime impossível.....</b>	<b>26</b>
2.1. Monitoramento eletrônico e a presença de seguranças no interior de estabelecimento comercial e (im) possibilidade de consumação do crime de furto.....	26
<b>3. Conflito aparente de normas.....</b>	<b>27</b>
3.1. Princípio da consunção e (im) possibilidade de absorção do delito de falso pelo crime de estelionato.....	27
3.2. (Im) possibilidade de incidência do princípio da consunção quando o crime de uso de documento falso é etapa preparatória (ou executória) e se exaure no crime-fim de descaminho .....	30
<b>4. Teoria da pena. ....</b>	<b>30</b>
4.1. Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade. ....	30
4.1.1. (Des) necessidade de motivação idônea para fins de imposição de regime de cumprimento mais severo do que aquele admitido pela pena aplicada .....	30
4.1.2. Fixação da pena-base no mínimo legal e (im) possibilidade de aplicação de regime prisional mais gravoso com base na gravidade em abstrato do delito, isoladamente considerada .....	31
4.1.3. (In) admissibilidade de fixação do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos .....	32
4.1.4. (Im) possibilidade de fixação de pena restritiva de direito como condição especial do regime aberto .....	34
4.2. Pena de multa.....	35

4.2.1.	(Im) possibilidade de substituição da prisão por multa quando cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativa de liberdade e pecuniária.....	35
4.2.2.	Legitimidade para a execução fiscal de multa pendente de pagamento imposta em sentença penal condenatória diante da entrada em vigor do Pacote Anticrime (Lei n. 13.964/19).....	36
4.2.3.	(Im) possibilidade de extinção da punibilidade em caso de cumprimento integral da pena privativa de liberdade e inadimplemento da pena de multa .....	39
4.3.	Aplicação da pena.....	40
4.3.1.	(Im) possibilidade de redução da pena abaixo do mínimo legal em virtude da incidência de circunstância atenuante.....	40
4.3.2.	Natureza jurídica da reincidência e (im) possibilidade de levá-la em consideração, simultaneamente, como circunstância agravante e circunstância judicial .....	42
4.3.3.	(Im) possibilidade de consideração dos “maus antecedentes” ainda que as condenações anteriores tenham ocorrido há mais de 5 anos .....	43
4.3.4.	(In) suficiência da folha de antecedentes criminais para fins de comprovação dos maus antecedentes e da reincidência.....	45
4.3.5.	Incidência da circunstância atenuante do art. 65, III, “d”, do Código Penal, quando a confissão for utilizada para a formação da convicção do magistrado, independentemente do conjunto probatório constante dos autos.....	46
4.3.6.	(Im) possibilidade de compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea.....	47
4.3.7.	Limite das penas e <i>quantum</i> de pena a ser levado em consideração para fins de concessão dos benefícios da execução penal quando houver a unificação das penas.....	48
5.	<b>Concurso de crimes.</b> .....	49
5.1.	(In) admissibilidade da continuidade delitiva nos crimes contra a vida....	49
6.	<b>Suspensão condicional da pena</b> .....	51
6.1.	Suspensão condicional da pena e anterior condenação à pena de multa.....	52
7.	<b>Livramento condicional</b> .....	52
7.1.	Extinção da punibilidade em virtude do cumprimento da pena diante da ausência de suspensão ou revogação do livramento condicional antes do decurso do período de prova .....	52
8.	<b>Efeitos da condenação</b> .....	54
8.1.	Suspensão dos direitos políticos nos casos de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.....	54
9.	<b>Medida de segurança</b> .....	54
9.1.	Absolvição criminal e (im) possibilidade de aplicação de medida de segurança, ainda que haja privação da liberdade.....	55
9.2.	(Des)necessidade de cumprimento de mais da metade do prazo da medida de segurança para fins de requerimento do exame de cessação da periculosidade .....	56
9.3.	Prazo mínimo e máximo de duração da medida de segurança.....	57
10.	<b>Extinção da punibilidade</b> .....	58

10.1. Prescrição.....	58
10.1.1. Cálculo da prescrição da pretensão punitiva retroativa e intercorrente.....	58
10.1.2. Cálculo da prescrição nas hipóteses de continuidade delitiva.....	60
10.1.3. Forma de contagem da prescrição da pretensão executória.....	60
10.1.4. Interrupção da prescrição em virtude da pronúncia, independentemente de ulterior desclassificação pelo Conselho de Sentença ..	61
10.1.5. Reincidência e prescrição.....	62
10.1.6. Termo inicial da prescrição de crimes falimentares.....	62
10.1.7. Causas interruptivas da prescrição aplicáveis aos crimes falimentares .....	63
10.2. Indulto.....	64
10.2.1. Efeitos decorrentes do indulto.....	64
10.2.2. Indulto e medidas de segurança .....	65
10.3. Perdão judicial. ....	65
10.3.1. Natureza jurídica da decisão concessiva do perdão judicial.....	65

## CAPÍTULO II PARTE ESPECIAL

1. Momento consumativo do crime de furto .....	67
2. Furto qualificado-privilegiado (ou híbrido) .....	68
3. (Im)possibilidade de aplicação do <i>quantum</i> de majoração do roubo circunstanciado ao crime de furto qualificado.....	69
4. Momento consumativo do crime de roubo.....	70
5. <i>Quantum</i> de aumento de pena do roubo circunstanciado diante da eventual presença de duas (ou mais) causas de aumento de pena.....	71
6. Momento consumativo do crime de latrocínio .....	72
7. Momento consumativo do crime de extorsão.....	75
8. Aumento da pena do crime de estelionato em 1/3 (um terço) se acaso cometido contra entidade autárquica da Previdência Social .....	75
9. Consequências decorrentes da reparação do dano até o recebimento da denúncia no crime de fraude no pagamento por meio de cheque .....	77
10. (Ir) relevância do consentimento da vítima, experiência sexual anterior ou relacionamento amoroso com o agente para fins de configuração do crime de estupro de vulnerável (CP, art. 217-A) .....	77
11. (In) constitucionalidade da aplicação do preceito secundário do art. 273 do CP ao crime de importação de medicamento sem registro no órgão de vigilância sanitária .....	79
12. (Des) necessidade de comprovação do prejuízo (ou de obtenção de vantagem) para fins de consumação do crime de fraude à licitação.....	82

## TÍTULO II PROCESSO PENAL

1. Princípios.....	83
1.1. Princípio da presunção de inocência.....	83
1.1.1. (In) constitucionalidade da execução provisória da pena.....	83

1.1.2.	(Des) necessidade do trânsito em julgado para fins de execução da pena restritiva de direitos .....	88
1.1.3.	Regra de tratamento e (im) possibilidade de utilização de inquéritos policiais ou de processos criminais em andamento a título de “maus antecedentes” para fins de agravamento da pena-base .....	90
1.1.4.	Regra de tratamento e vedação à participação de candidato em concurso público pelo simples fato de responder a inquérito ou processo penal .....	91
1.2.	Princípio da ampla defesa. ....	91
1.2.1.	Espécie de nulidade decorrente da falta e da deficiência do exercício do direito de defesa .....	91
1.2.2.	Imprescindibilidade da defesa técnica nos Juizados Especiais Criminais.....	95
1.2.3.	Obrigatoriedade de advogado no processo administrativo disciplinar e na execução penal.....	95
1.2.4.	Direito de presença e consequência decorrente do não comparecimento de acusado preso à oitiva de testemunha realizada por carta precatória.....	96
1.3.	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> . ....	98
1.3.1.	A conduta de atribuir-se falsa identidade (CP, art. 307) à luz do direito de não produzir provas contra si mesmo .....	99
1.3.2.	(In) constitucionalidade da condução coercitiva de investigados ou de acusados para fins de interrogatório policial (ou judicial).....	100
1.4.	Princípio do juiz natural.....	102
1.4.1.	(Im) possibilidade de convocação de juízes para substituição de desembargadores e julgamento de recursos por órgão composto majoritariamente por juízes convocados.....	102
2.	Fontes do Direito Processual Penal. ....	104
2.1.	Competência legislativa para a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento ..	104
3.	Investigação preliminar.....	106
3.1.	(Im) possibilidade de instauração de procedimentos investigatórios de ofício pela autoridade judiciária e o “Inquérito das Fake News” (Inq. 4.781 do STF) .....	106
3.2.	Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.....	109
3.3.	Acesso do advogado aos autos de investigações de qualquer natureza ....	112
3.4.	Desarquivamento do inquérito e ulterior oferecimento de denúncia diante do surgimento de novas provas.....	114
3.5.	Identificação criminal e constrangimento ilegal.....	117
3.6.	Poder investigatório do Ministério Público.....	119
3.7.	(In) existência de impedimento (ou suspeição) do órgão ministerial que participou da investigação criminal para o oferecimento da denúncia .....	121
4.	Ação penal. ....	121
4.1.	Legitimidade do ofendido menor de 21 e maior de 18 anos, que não seja mentalmente enfermo ou retardado mental, para o oferecimento de queixa-crime (ou de representação) .....	121
4.2.	(Não) revogação do processo judicialiforme pelos arts. 3º, II, e 55 da Lei Complementar n. 40/1981 (Lei Orgânica do Ministério Público).....	122

4.3.	Interrupção da prescrição nos crimes de homicídio culposo e lesão corporal culposa diante do recebimento da <i>denúncia substitutiva da portaria</i> .....	123
4.4.	Ação penal no crime de estupro praticado mediante violência real .....	125
4.5.	Legitimação <i>alternativa</i> nos crimes contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções .....	129
4.6.	Ausência de movimentação externa ao <i>Parquet</i> por prazo superior ao legal e cabimento da ação penal privada subsidiária da pública .....	130
4.7.	(In) admissibilidade do reconhecimento da prescrição em perspectiva (projetada, antecipada ou virtual) .....	131
5.	Competência criminal .....	134
5.1.	Competência absoluta e relativa .....	134
5.1.1.	(Im) possibilidade de reconhecimento da incompetência relativa <i>ex officio</i> pelo juiz no processo penal .....	134
5.1.2.	Espécie de nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção .....	136
5.2.	Competência criminal da Justiça Militar da União e dos Estados. ....	136
5.2.1.	Competência para o julgamento de delito decorrente de acidente de trânsito envolvendo viatura de polícia militar .....	137
5.2.2.	Competência para o julgamento do crime praticado por militar da ativa que, embora não estando em serviço, use arma da corporação para a prática de ato ilegal .....	138
5.2.3.	Competência para o processo e julgamento dos crimes praticados por civis contra instituições militares estaduais .....	139
5.2.4.	Competência para o processo e julgamento do crime de fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança cometido por militar .....	141
5.2.5.	Competência da Justiça Militar Estadual para o processo e julgamento dos crimes militares, ainda que praticados em outra unidade federativa .....	141
5.2.6.	Competência para o processo e julgamento de Policial Militar nas hipóteses de conexão (ou continência) entre crime comum e crime militar .....	142
5.2.7.	Competência para o processo e julgamento de militar por crime de abuso de autoridade .....	143
5.2.8.	Competência para o julgamento da falsificação (ou uso) de carteira de habilitação de arrais-amador praticado <i>por civil</i> .....	144
5.3.	Competência “criminal” da Justiça do Trabalho .....	145
5.3.1.	(In) competência criminal genérica da Justiça do Trabalho .....	146
5.4.	Competência criminal da Justiça Federal e da Justiça Estadual .....	147
5.4.1.	Competência da Justiça Estadual para o processo e julgamento dos crimes contra a economia popular .....	147
5.4.2.	Competência para o processo e julgamento do crime de tráfico de drogas .....	147
5.4.3.	Competência para o processo e julgamento de crimes de pornografia infantil e pedofilia pela internet .....	151
5.4.4.	Competência para o processo e julgamento de contravenções penais .....	154
5.4.5.	Competência da Justiça Comum Estadual para o processo e julgamento de crimes praticados em detrimento de sociedades de economia mista .....	155

5.4.6.	Competência da Justiça Federal para o processo e julgamento do crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social atribuído à empresa privada .....	156
5.4.7.	Competência para o processo e julgamento do crime de estelionato consubstanciado na utilização de papel moeda grosseiramente falsificado .....	156
5.4.8.	Competência para o processo e julgamento dos crimes contra o meio ambiente, inclusive contra a fauna .....	157
5.4.9.	Competência para o processo e julgamento do crime ambiental de caráter transnacional .....	160
5.4.10.	Competência para o processo e julgamento do crime de estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, quando não houver lesão à autarquia federal .....	161
5.4.11.	Competência para o processo e julgamento de crimes praticados por (ou contra) índios .....	162
5.4.12.	Competência para o processo e julgamento de crimes praticados por (ou contra) funcionário público federal .....	165
5.4.13.	Crimes cometidos em detrimento do Poder Judiciário da União .....	167
5.4.14.	Competência para o processo e julgamento de crimes envolvendo o desvio de verbas federais .....	169
5.4.15.	Competência para o processo e julgamento dos crimes contra a fé pública .....	170
5.4.16.	Competência da Justiça Estadual para o processo e julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino .....	173
5.4.17.	Competência para o julgamento de crimes políticos à luz da Constituição Federal de 1988 e recursos adequados .....	174
5.5.	Competência do Tribunal do Júri .....	175
5.5.1.	Competência do juízo singular para o processo e julgamento do crime de latrocínio .....	175
5.6.	Competência por prerrogativa de função .....	176
5.6.1.	(Des) necessidade de o crime ser cometido durante o exercício do cargo e relacionado às funções desempenhadas pelo agente e (im) possibilidade de prorrogação da competência do respectivo Tribunal quando cessado o exercício funcional .....	176
5.6.2.	Competência para o julgamento da exceção da verdade quando cessado o exercício funcional do ofendido .....	181
5.6.3.	Crimes cometidos após a cessação definitiva do exercício funcional .....	182
5.6.4.	(Im) possibilidade de extensão do foro por prerrogativa de função a magistrados aposentados .....	182
5.6.5.	Princípio da simetria e (im) possibilidade de as Constituições Estaduais outorgarem foro por prerrogativa de função a autoridades diversas daquelas arroladas na Constituição Federal .....	183
5.6.6.	Princípio da simetria e (im) possibilidade de as Constituições Estaduais criarem hipótese de foro por prerrogativa de função para ações de natureza civil que possam resultar em perda ou suspensão de direitos políticos e/ou perda da função pública ou de mandato eletivo .....	186



5.6.7.	Competência originária do Supremo Tribunal Federal para o processo e julgamento de Deputados Federais e Senadores pela prática de crime comum.....	187
5.6.8.	Extensão da imunidade parlamentar ao corréu sem essa prerrogativa.....	188
5.6.9.	Competência do Tribunal de Justiça para o processo e julgamento de Prefeitos.....	189
5.6.10.	(Im)possibilidade de instauração de processo penal contra Prefeitos em virtude da prática do crime do art. 1º do Dec.-Lei n. 201/67 mesmo após a extinção do mandato.....	190
5.6.11.	Atração por continência (ou conexão) do processo do corréu ao foro por prerrogativa de um dos denunciados.....	190
5.6.12.	Crime doloso contra a vida praticado por agente dotado de foro por prerrogativa de função.....	193
5.7.	Competência territorial.....	195
5.7.1.	(Im)possibilidade de alteração da competência territorial em virtude da especialização de vara por lei estadual.....	195
5.7.2.	Fraude no pagamento por meio de cheque (CP, art. 171, §2º, VI) e estelionato cometido por meio de cheque falso (CP, art. 171, caput).....	196
5.7.3.	Contrabando e descaminho.....	197
5.7.4.	Uso de passaporte falso.....	198
5.7.5.	Tráfico internacional de drogas cometido por meio de remessa da droga do exterior pela via postal.....	199
5.8.	Conexão e continência.....	199
5.8.1.	Conexão e/ou continência entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual.....	200
5.8.2.	(Im)possibilidade de reunião dos processos em virtude da conexão (ou da continência) se um deles já tiver sido julgado.....	201
6.	Provas.....	202
6.1.	Prova quanto ao estado das pessoas.....	202
6.1.1.	Comprovação da menoridade do acusado.....	202
6.1.2.	(Im) possibilidade de a menoridade ser comprovada pela menção à data de nascimento do menor no boletim de ocorrência, a partir de simples declaração do depoente, sem referência a nenhum documento por ele apresentado ao agente policial que o qualificou... ..	204
6.2.	Exame de corpo de delito, cadeia de custódia e perícias em geral.....	205
6.2.1.	Número de peritos necessários para a realização dos exames periciais.....	205
6.2.2.	(Im) possibilidade de comprovação do crime de violação de direito autoral por laudo pericial feito por amostragem do produto apreendido e (des) necessidade de identificação dos titulares dos direitos autorais violados.....	206
6.3.	Busca domiciliar.....	208
6.3.1.	Flagrante delito e violação domiciliar independentemente de prévia autorização judicial.....	208
6.4.	Quebra do sigilo de dados bancários e financeiros.....	212
6.4.1.	(Des) necessidade de autorização judicial prévia para fins de fornecimento, pelas instituições financeiras, de informações bancárias de contribuintes à administração tributária.....	212

6.4.2.	(Des) necessidade de autorização judicial prévia para fins de compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal com os órgãos de persecução penal.....	215
6.5.	Quebra do sigilo de correspondência.....	217
6.5.1.	(Des) necessidade de autorização judicial prévia para fins de abertura de encomenda postada nos correios.....	217
7.	<b>Medidas cautelares pessoais.</b> .....	219
7.1.	Espécies de prisão.....	219
7.1.1.	Cabimento da prisão civil do depositário infiel à luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos .....	219
7.1.2.	Prisão do fálido na antiga Lei de Falências.....	220
7.2.	Respeito à integridade física e moral do preso.....	221
7.2.1.	Hipóteses fáticas que autorizam o uso de algemas .....	222
7.2.2.	Audiência de custódia .....	224
7.3.	Prisão em flagrante.....	228
7.3.1.	Flagrante preparado, flagrante esperado, venda simulada de drogas (ou armas) e agente policial disfarçado.....	228
7.4.	Prisão preventiva .....	231
7.4.1.	Reconhecimento do excesso de prazo mesmo após a pronúncia ou o encerramento da instrução criminal .....	231
7.4.2.	Excesso de prazo provocado pela defesa e constrangimento (i) legal à liberdade de locomoção .....	232
7.4.3.	Concessão antecipada dos benefícios da execução penal ao preso cautelar.....	233
7.4.4.	Concessão antecipada dos benefícios da execução penal ao preso especial.....	234
7.5.	Liberdade provisória.....	234
7.5.1.	(Im)possibilidade de concessão de fiança para crimes praticados em concurso material se a soma das penas mínimas for superior a 2 (dois) anos de reclusão.....	234
7.5.2.	(In) constitucionalidade da vedação em abstrato da liberdade provisória para crimes hediondos e equiparados e (im) possibilidade de relaxamento da prisão cautelar por excesso de prazo .....	235
7.6.	Medidas cautelares diversas da prisão.....	240
7.6.1.	(Im) possibilidade de aplicação da cautelar de suspensão do exercício da função pública a parlamentares e (des) necessidade de controle político da respectiva Casa Legislativa dentro do prazo de 24 horas.....	240
8.	<b>Questões e processos incidentes.</b> .....	243
8.1.	Conflito de competência.....	243
8.1.1.	(In) existência de conflito de competência quando houver hierarquia entre os órgãos jurisdicionais .....	243
8.1.2.	(In) existência de conflito de competência se um dos juízos conflitantes já tiver proferido sentença irrecorrível .....	245
8.1.3.	Tribunal competente para apreciar um conflito de competência entre Juiz Estadual e a Justiça Militar Estadual .....	245
8.1.4.	Competência para o julgamento de conflito de competência entre juiz federal e juiz estadual investido de jurisdição federal nas antigas hipóteses de delegação de competência federal à Justiça Comum Estadual .....	246

8.1.5.	Competência para o julgamento de conflito de competência entre juizado especial federal e juízo federal .....	247
9.	Sujeitos do processo. ....	248
9.1.	Ministério Público. ....	248
9.1.1.	(In) constitucionalidade do Promotor <i>ad hoc</i> .....	248
9.1.2.	(I) legitimidade dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal para atuação em recursos e meios de impugnação de decisões judiciais em trâmite no STF e no STJ oriundos de processos de sua atribuição .....	249
9.1.3.	Autonomia administrativa dos Ministérios Públicos Estaduais e (im) possibilidade de o Promotor Eleitoral membro do Ministério Público Estadual ser designado pelo Procurador Regional Eleitoral membro do Ministério Público Federal .....	251
9.2.	Defensoria Pública. ....	252
9.2.1.	(In) constitucionalidade de normas federais (ou estaduais) que outorguem à Defensoria Pública da União (ou dos Estados) a defesa judicial de servidores públicos processados civil ou criminalmente em razão do exercício do cargo .....	252
9.2.2.	(In) constitucionalidade da celebração obrigatória de convênios exclusivos com a Ordem dos Advogados do Brasil para fins de prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados.....	255
9.2.3.	(In) constitucionalidade de normas estaduais outorgando a assistência jurídica de necessitados à Ordem dos Advogados do Brasil em substituição à Defensoria Pública .....	256
9.3.	Defensor. ....	257
9.3.1.	(Im) possibilidade de nomeação do defensor técnico como curador.....	257
9.3.2.	(Des) necessidade de apresentação do instrumento de mandato por núcleos de prática jurídica .....	258
9.3.3.	Crterios para fixação dos honorários de defensor dativo .....	260
10.	Comunicação dos atos processuais.....	262
10.1.	Citação.....	262
10.1.1.	Citação por edital de réu preso.....	262
10.1.2.	(Des) necessidade de transcrição, no edital, da integralidade da peça acusatória .....	264
10.1.3.	Citação por edital e limitação temporal do prazo de suspensão da prescrição .....	264
10.1.4.	Citação por edital, não comparecimento do acusado nem constituição de defensor e produção antecipada de provas urgentes.....	267
10.1.5.	(In) constitucionalidade da citação por hora certa .....	269
10.2.	Carta precatória. ....	270
10.2.1.	Nulidade relativa decorrente da falta de intimação das partes acerca da expedição de carta precatória para oitiva de testemunhas .....	270
10.2.2.	(Des) necessidade de intimação da data da audiência no juízo deprecado.....	271
10.3.	Contagem de prazos.....	271
10.3.1.	Início da contagem dos prazos quando a intimação ocorrer na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia .....	272

10.3.2.	Início da contagem dos prazos nos casos de intimação por mandado ou por carta precatória (ou de ordem).....	272
10.3.3.	(Des) necessidade de observância do prazo mínimo de 48 horas entre a publicação da pauta e o julgamento dos recursos e das ações autônomas de impugnação.....	273
10.3.4.	Termo inicial da contagem do prazo para o Ministério Público (ou Defensoria Pública) impugnar decisão judicial proferida em feitos de natureza penal quando a intimação do órgão for realizada em audiência .....	275
11.	<b>Processo e procedimento</b> .....	277
11.1.	Procedimento especial do Tribunal do Júri.....	277
11.1.1.	(In) constitucionalidade da tese de legítima defesa da honra .....	277
11.1.2.	Competência do Tribunal do Júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e (im) possibilidade de o Poder Judiciário rejeitar a peça acusatória, impronunciar ou absolver sumariamente o acusado, ou determinar o trancamento do processo em sede de <i>habeas corpus</i> .....	279
11.1.3.	(Des) necessidade de audiência das partes por ocasião do desaforamento.....	280
11.1.4.	Nulidade absoluta da sessão de julgamento do júri em virtude da falta de quesito obrigatório.....	281
11.1.5.	Nulidade absoluta da sessão de julgamento do Júri quando os quesitos da defesa não precederem aos das circunstâncias agravantes.....	282
11.1.6.	Nulidade do julgamento ulterior pelo Tribunal do Júri com a participação de jurado que funcionou em julgamento anterior do mesmo processo.....	283
11.2.	Procedimentos especiais.....	284
11.2.1.	(Des) necessidade da defesa preliminar prevista no art. 514 do CPP quando a peça acusatória estiver instruída por inquérito policial.....	284
12.	<b>Sentença</b> .....	286
12.1.	Princípio da correlação entre acusação e sentença (ou da congruência)... ..	286
12.1.1.	(Im) possibilidade de realização da <i>mutatio libelli</i> na segunda instância. ....	286
13.	<b>Nulidades</b> .....	288
13.1.	Reconhecimento de nulidades na 1ª e na 2ª instância .....	288
13.2.	Nulidade relativa decorrente da ausência de fundamentação do despacho de recebimento de denúncia por crime falimentar .....	291
14.	<b>Recursos</b> .....	292
14.1.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	292
14.1.1.	Recolhimento à prisão para recorrer.....	292
14.2.	Recurso de ofício .....	295
14.2.1.	Interposição do recurso de ofício por força da lei.....	295
14.2.2.	(Des)necessidade de recurso de ofício na hipótese de sentença de primeira instância concessiva de <i>habeas corpus</i> , em caso de crime praticado em detrimento de bens, serviços ou interesses da União.....	296
14.3.	Interposição de recursos pelo assistente da acusação.....	296

14.3.1. Interesse de agir do assistente da acusação para recorrer, extraordinariamente, de decisão concessiva de <i>habeas corpus</i> .....	296
14.3.2. Legitimação recursal restrita e subsidiária do assistente da acusação.....	297
14.3.3. Prazo recursal do assistente da acusação.....	299
14.4. Tempestividade.....	300
14.4.1. (In) tempestividade da apelação protocolada no prazo correto, embora despachada tardiamente.....	300
14.4.2. Prazo do recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal em <i>habeas corpus</i> ou mandado de segurança.....	301
14.4.3. Prazo de interposição do Recurso Extraordinário nas causas criminais.....	301
14.4.4. Prazo para a interposição de agravo de instrumento no processo penal.....	303
14.5. Interesse recursal.....	304
14.5.1. Renúncia do acusado ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, e (im) possibilidade de conhecimento da apelação por este interposta.....	304
14.6. Recursos criminais em espécie.....	305
14.6.1. Obrigatoriedade de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto contra a rejeição da peça acusatória, não supável pela nomeação de defensor dativo.....	305
14.6.2. Provimento do recurso em sentido estrito interposto contra a rejeição da peça acusatória e marco temporal do recebimento da denúncia ou queixa.....	306
14.6.3. Nulidade do julgamento da apelação diante da renúncia do único defensor e da não intimação do acusado para constituir outro.....	306
14.6.4. (Im) possibilidade de conversão de sentença condenatória em absolvição imprópria em recurso exclusivo da defesa.....	307
14.6.5. Vinculação do efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri aos fundamentos da sua interposição.....	308
14.6.6. Embargos de Declaração para fins de prequestionamento.....	309
15. Ações autônomas de impugnação.....	311
15.1. Revisão Criminal.....	311
15.1.1. (Des) necessidade de recolhimento à prisão como condição de admissibilidade para o ajuizamento da revisão criminal.....	311
15.2. <i>Habeas Corpus</i> .....	312
15.2.1. Cabimento de <i>habeas corpus</i> em se tratando de persecução penal referente à infração penal à qual seja cominada tão somente a pena de multa.....	312
15.2.2. Cabimento de <i>habeas corpus</i> contra a imposição da pena de exclusão de militar ou perda de patente ou de função pública.....	313
15.2.3. Cabimento de <i>habeas corpus</i> quando já extinta a pena privativa de liberdade.....	313
15.2.4. Falta de adequação do <i>habeas corpus</i> cujo objeto seja discussão sobre o ônus das custas.....	314
15.2.5. Cabimento de <i>habeas corpus</i> originário para o Plenário do Supremo Tribunal Federal contra decisão de Turma, ou do Plenário.....	314
15.2.6. Competência para o processo e julgamento de <i>habeas corpus</i> contra decisão de Turma Recursal.....	315

15.2.7. Indeferimento de liminar por Relator em Tribunal e impetração de novo <i>habeas corpus</i> .....	315
15.2.8. Cabimento de <i>habeas corpus</i> contra omissão de Relator de extradição na hipótese de não ter havido prévia provocação acerca de fato ou de direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos .....	316
15.2.9. Consequência decorrente da superveniência de sentença penal condenatória em relação ao <i>habeas corpus</i> impetrado para fins de trancamento do processo em virtude da ausência de justa causa .....	317
15.3. Mandado de segurança .....	319
15.3.1. Obrigatoriedade de citação do acusado como litisconsorte passivo necessário no mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em sede processual penal .....	319

### TÍTULO III EXECUÇÃO PENAL

1. Competência do Juízo da Execução Penal .....	320
1.1. Aplicação da lei penal mais benéfica .....	320
1.2. Fixação da competência do juízo da execução com base na natureza do estabelecimento prisional em que se encontrar o condenado (ou preso provisório) .....	321
2. Classificação do condenado e do internado .....	323
2.1. (In) admissibilidade do exame criminológico para fins de progressão de regimes (ou livramento condicional) .....	323
3. Trabalho do condenado .....	324
3.1. (Im) possibilidade de o trabalho do preso ser remunerado com valor inferior ao do salário-mínimo .....	324
4. Faltas disciplinares .....	325
4.1. (Im) prescindibilidade da instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurando-se o direito de defesa por advogado constituído ou defensor público nomeado, para fins de reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal .....	325
4.2. Suficiência da audiência de justificação perante o juízo da execução para fins de homologação judicial da falta grave .....	328
4.3. Prática de falta grave e (im) possibilidade de interrupção do prazo para obtenção de livramento condicional .....	329
4.4. (Des)necessidade do trânsito em julgado de sentença penal condenatória para fins de reconhecimento, no âmbito administrativo carcerário, de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso .....	332
4.5. Prática de falta grave e progressão de regimes .....	334
4.6. Prática de falta grave e (im) possibilidade de interrupção do prazo para fins de comutação de pena ou indulto .....	334
5. Estabelecimentos penais .....	336
5.1. (Im) possibilidade de manutenção de condenado em regime prisional mais gravoso na hipótese de falta de estabelecimento penal adequado ..	336

5.2.	(Im) possibilidade de concessão imediata da prisão domiciliar sem prévia observância dos parâmetros traçados no RE 641.320/RS .....	338
5.3.	Precariedade das condições de encarceramento e obrigação do Estado de ressarcir os danos, inclusive morais .....	339
5.4.	(Im) possibilidade de o Judiciário impor à Administração Pública a obrigação de promover melhorias em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana.....	341
5.5.	Transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e (des)necessidade de oitiva prévia da defesa.....	341
6.	<b>Progressão de regimes.</b> .....	342
6.1.	(In) admissibilidade da progressão <i>per saltum</i> .....	342
7.	<b>Saída temporária.</b> .....	343
7.1.	Deferimento da saída temporária ou de trabalho externo e consideração do tempo de cumprimento da pena no regime fechado.....	343
7.2.	Natureza jurisdicional do benefício de saída temporária, (im) possibilidade de delegação à autoridade administrativa do estabelecimento prisional, e (im) possibilidade de concessão de saídas temporárias automatizadas em execuções penais .....	345
8.	<b>Unificação de penas.</b> .....	348
8.1.	(Im) possibilidade de alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios em razão da unificação das penas .....	348
9.	<b>Remição</b> .....	349
9.1.	Perda da integralidade dos dias remidos antes e depois da vigência da Lei n. 12.433/11 .....	349
9.2.	Remição pelo estudo.....	352
9.3.	(Im) possibilidade de remição de parte do tempo de execução da pena em razão do exercício de trabalho extramuros por apenado em regime semiaberto .....	354
10.	<b>Agravo em execução</b> .....	355
10.1.	Procedimento adequado e prazo recursal .....	355

## TÍTULO IV LEGISLAÇÃO CRIMINAL ESPECIAL

1.	<b>Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n. 3.688/41)</b> .....	356
1.1.	(In) constitucionalidade da contravenção penal de posse não justificada de instrumento de emprego usual na prática de furto .....	356
2.	<b>Lei de Imprensa (Lei n. 5.250/67)</b> .....	357
2.1.	Não recepção da Lei de Imprensa.....	357
3.	<b>Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei n. 7.716/89)</b> .....	358
3.1.	Discriminação positiva e negativa .....	358
3.2.	(Im) possibilidade de imediato enquadramento das práticas de homofobia e de transfobia, mediante interpretação conforme, no conceito de racismo previsto na Lei n. 7.716/89.....	360
4.	<b>Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90)</b> .....	364
4.1.	Momento consumativo do crime de corrupção de menores .....	364
5.	<b>Lei dos Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/90)</b> .....	365

5.1.	Natureza hedionda dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor praticados antes da edição da Lei n. 12.015/09, ainda que na forma simples.....	365
5.2.	(In) constitucionalidade do cumprimento da pena de crimes hediondos e equiparados em regime integralmente fechado à luz do princípio da individualização da pena.....	366
5.3.	Regime inicial fechado para crimes hediondos e equiparados e novos critérios para progressão de regimes fixados pela Lei n. 11.464/07 .....	368
5.4.	(In) constitucionalidade do regime inicial fechado para crimes hediondos e equiparados .....	371
6.	Lei que define os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (Lei n. 8.137/90).....	373
6.1.	Decisão final do procedimento administrativo nos crimes materiais contra a ordem tributária.....	373
6.2.	(Im) possibilidade de extensão da extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo devido ao crime de contrabando ou descaminho.....	377
6.3.	(In) constitucionalidade dos crimes contra a ordem tributária à luz da vedação da prisão civil por dívida .....	379
6.4.	Quantum a ser utilizado para fins de aplicação do princípio da insignificância em relação a crimes tributários federais .....	381
7.	Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9.099/95).....	384
7.1.	Natureza relativa da competência dos Juizados Especiais Criminais e consequente possibilidade de deslocamento da competência para o julgamento de infrações de menor potencial ofensivo ao Juízo Comum ou ao Tribunal do Júri.....	384
7.2.	Atribuição para a lavratura do termo circunstanciado de ocorrência .....	386
7.3.	Descumprimento injustificado da transação penal homologada .....	388
7.4.	Transação penal e (im) possibilidade de aplicação dos efeitos da condenação.....	391
7.5.	Recusa injustificada de oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo (ou de transação penal) pelo Ministério Público.....	392
7.6.	Cabimento da suspensão condicional do processo nos casos de concursos de crimes quando a pena mínima ultrapassar o limite de 1 (um) ano....	394
7.7.	Cabimento da suspensão condicional do processo (ou da transação penal) nas hipóteses de desclassificação do crime e procedência parcial da pretensão punitiva.....	396
7.8.	Cabimento de Recurso Extraordinário contra decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais.....	397
7.9.	Cabimento de Recurso Especial contra decisões proferidas pela 2ª instância dos Juizados Especiais.....	398
7.10.	Competência para o julgamento de mandado de segurança contra ato dos juizados especiais criminais.....	398
7.11.	(Im) possibilidade de revogação da suspensão condicional do processo mesmo após o decurso do período de prova, conquanto descumpridas, pelo acusado, durante esse prazo, as condições impostas pelo magistrado .....	399
7.12.	(Im) possibilidade de fixação de penas restritivas de direito como condições da suspensão condicional do processo .....	401
8.	Interceptação das comunicações telefônicas e ambientais (Lei n. 9.296/96)....	402



8.1.	(I) licitude da gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro.....	402
9.	<b>Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97).....</b>	<b>406</b>
9.1.	Derrogação da contravenção penal de falta de habilitação para dirigir veículo (art. 32 da LCP) pelo crime do art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro em relação à direção sem habilitação em vias terrestres.....	406
9.2.	(In) constitucionalidade do crime de fuga de local de acidente à luz do princípio que veda a autoincriminação ( <i>nemo tenetur se detegere</i> ).....	408
9.3.	(In) constitucionalidade da imposição da pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor ao motorista profissional condenado por homicídio culposo no trânsito .....	410
9.4.	“Confiar veículo a pessoa sem habilitação ou sem condições” como crime de perigo abstrato.....	412
9.5.	Meios de prova legítimos para averiguação do grau de embriaguez do condutor de veículo e constitucionalidade da recusa em se submeter ao teste de alcoolemia .....	413
10.	<b>Lavagem de capitais (Lei n. 9.613/98) .....</b>	<b>417</b>
10.1.	(In) constitucionalidade do afastamento do servidor público de suas funções como efeito automático do indiciamento em crimes de lavagem de capitais .....	417
11.	<b>Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03). .....</b>	<b>418</b>
11.1.	Extensão do conceito de infração de menor potencial ofensivo aos crimes previstos no Estatuto do Idoso cuja pena máxima não ultrapasse os 4 (quatro) anos.....	419
12.	<b>Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/03).....</b>	<b>419</b>
12.1.	(In) afiançabilidade dos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e de disparo de arma de fogo.....	420
12.2.	(In) constitucionalidade da vedação em abstrato de liberdade provisória para os crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, comércio ilegal de arma de fogo e tráfico internacional de arma de fogo .....	421
12.3.	(Im) possibilidade de aplicação retroativa do art. 30 da Lei n. 10.826/03, inserido pela Medida Provisória n. 417/2008, em relação ao delito de posse de arma de fogo de uso permitido cometido antes da sua entrada em vigor .....	422
12.4.	<i>Abolitio criminis</i> temporária em relação ao crime de posse de arma de fogo de uso permitido com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, praticado somente até o dia 23 de outubro de 2005.....	424
12.5.	Ausência de razoabilidade nos critérios das restrições ao porte de arma de fogo por guardas municipais.....	425
12.6.	(In) constitucionalidade da atribuição de porte de arma de fogo por normas estaduais (distritais) ou municipais, inclusive no que se refere a servidores públicos estaduais ou municipais .....	428
13.	<b>Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340/06).....</b>	<b>429</b>
13.1.	(In) constitucionalidade do tratamento diferenciado entre os gêneros...	429
13.2.	(In) constitucionalidade dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher .....	430

13.3. (In) aplicabilidade da lei dos Juizados Especiais Criminais às infrações penais praticadas com violência doméstica e familiar contra a mulher..	431
13.4. Ação penal do crime de lesão corporal praticado no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher .....	435
13.5. Violência doméstica e familiar e (des) necessidade de coabitação.....	438
13.6. (Im) possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos nos casos de infrações penais praticadas contra a mulher no ambiente doméstico com violência ou grave ameaça .....	440
13.7. (Im) possibilidade de aplicação do princípio da insignificância aos crimes e contravenções penais praticados no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher.....	441
13.8. (Im) possibilidade de fixação de valor mínimo indenizatório, a título de dano moral, nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar.....	442
<b>14. Tráfico de drogas.....</b>	<b>442</b>
14.1. Aplicação retroativa da Lei n. 11.343/06.....	443
14.2. Natureza hedionda do tráfico <i>privilegiado</i> .....	444
14.3. Tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal..	446
14.4. (Des) necessidade de transposição de fronteiras internacionais para fins de aplicação da majorante do art. 40, inciso I, da Lei de Drogas.....	447
14.5. (Im) possibilidade de incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico de drogas quando o acusado admitir tão somente a posse ou propriedade para uso próprio .....	450
14.6. (Im) possibilidade de o proprietário afastar a expropriação de glebas cultivadas com plantações ilícitas .....	451
14.7. (Des) necessidade de habitualidade do uso do bem na prática criminosa ou de sua adulteração para dificultar a descoberta do local de acondicionamento para fins de confisco nos casos de tráfico de drogas .....	453
14.8. (In) constitucionalidade da vedação à conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos nos casos de tráfico de drogas .....	454
14.9. (Im) possibilidade de a natureza e a quantidade da droga apreendida serem valoradas tanto na primeira fase de fixação da pena, como circunstância judicial desfavorável, quanto na terceira fase, por ocasião da aplicação do redutor previsto no art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/06.....	456
<b>15. Lei das Organizações Criminosas (Lei n. 12.850/13).....</b>	<b>457</b>
15.1. (Im) possibilidade de o Delegado de Polícia formalizar acordos de colaboração premiada .....	458
<b>Bibliografia.....</b>	<b>461</b>